

IMPASSE NA NEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA

É que o País insiste num acordo de longa duração.

Com isso os banqueiros não concordam.

A segunda-feira, dia 26 de outubro, já não é mais a data final para o Brasil alcançar um acordo com os bancos credores, mas apenas quando começa a reunião do Interagency Country Exposure Risk Committee (Icerc), que até a quinta-feira, dia 29, deverá analisar a dívida problemática de 15 países, deixando a brasileira para o fim.

O prazo maior, que ainda poderia ser esticado até a segunda-feira, 2 de novembro, segundo algumas fontes, não elimina o impasse que está levando o Brasil a buscar uma solução legal para depositar um pagamento simbólico, como se fosse uma caução, numa entidade neutra, o Banco de Compensações Internacionais (BIS), em Berna, Suíça, que só o liberaria aos bancos na conclusão de um acordo final.

Foi uma fonte do governo americano quem anunciou a dilatação do prazo das negociações até o dia 29, quinta-feira. Mostrava-se preocupado, embora ainda esperançoso: "A impressão que dá à equipe brasileira é a de que só se vai alcançar um acordo em novembro. Isto nos preocupa. Será que o governo brasileiro está achando que a decisão do Icerc afeta mais os bancos do que o Brasil?"

As informações de que o prazo do famoso "dia 26" pode ser estendido até o 2 de novembro, e de que as negociações estão num delicado impasse, foram fornecidas por fontes diretamente envolvidas nas negociações.

Pagamento, só simbólico

A origem do impasse é o desejo brasileiro de obter um acordo de longo prazo, enquanto o comitê de bancos credores, dividido, quer reescalonar o máximo de dois anos, com alguns banqueiros não concordando em ir além de apenas um ano. "O Brasil precisa de tempo para tomar fôlego", explicou uma fonte, acrescentando: "A opção para que não faça a caução, como um depósito em juízo, seria a de subdividir o pagamento simbólico em prestações, pagas à medida que avancem as negociações".

Para esta mesma fonte, "estamos falando de um pagamento simbólico mesmo, e nada além disso", mas recusou-se a especular sobre prováveis quantias, que variam de US\$ 400 a US\$ 940 milhões desde que o ministro Bresser Pereira, em sua última visita a Washington, admitiu o princípio de concedê-lo, dentro de determinadas circunstâncias, e sem que com ele rompesse a moratória.

"O Brasil e os bancos não parecem dispostos a fazer concessões", admitem fontes de ambos os lados, temendo que o impasse perdure além da dilatação do prazo do Icerc, que deve decidir, em sua reunião, a partir do dia 26, se a dívida brasileira deve ser reclassificada como de "valor depreciado", obrigando seus credores a colocar 10% de seus empréstimos como créditos em liquidação, e a aumentar ainda mais suas reservas, o que lhes dará um péssimo resultado no balanço de 87.

"O processo será longo", prevê uma fonte brasileira. "Os bancos querem resolver este ano, 1987, deixando o ano que vem, 1988, no escuro. Ora, isso não pode ser aceito. Queremos fôlego. Queremos um acordo que nos dê tempo e espaço. A discussão atual tem sido mais formal e jurídica, procurando viabilizar o pagamento não direto aos bancos. As autoridades americanas entendem, e estão aceitando este plano. O dinheiro só seria liberado com a conclusão das negociações", confirmou a fonte.

Ponto de definição

O negociador brasileiro, Fernão Bracher, com dias inteiros passados no Federal Reserve, — o Banco Central norte-americano que o atende mesmo totalmente envolvido com a operação de resgate à Bolsa de Nova York —, é uma prova de que as negociações atingiram um estágio de definição e socorro do governo americano. Ele esteve anteontem na sucursal nova-iorquina do FED, e veio à matriz, em Washington, ontem. Ia ser um encontro só com seu presidente, Alan Greenspan, mas ele evoluiu para dois, com o segundo cancelando compromissos previstos em Nova York.

Quando saiu do seu primeiro encontro, às 13h20, Fernão Bracher mandou seu motorista parar, encontrando-se com alguns repórteres que se dividiram em dois grupos para cercá-lo, pois ao chegar ele os evitou, entrando pela garagem. O próprio FED impediu que a imprensa esperasse, dentro do prédio, o fim da reunião. O embaixador Marcílio Marques Moreira e o advogado William Rogers, ex-subsecretário de Estado do governo Ford, o acompanhava, mas foram à frente para um restaurante, onde todos depois se reuniram.

Bracher revelou que tinha visitado o Departamento do Tesouro, antes, onde se encontrou com David Mulford, assistente do secretário James Baker, "e agora estamos aqui, tentando montar e estudar as possíveis estratégias para encaminhar mais rapidamente as negociações. Ao mesmo tempo, enquanto isso, nosso pessoal (referia-se ao diretor da Área Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas) continua trabalhando em Nova York".

Um repórter perguntou-lhe se nessas reuniões no Federal Reserve e no Departamento do Tesouro o objetivo era encontrar uma fórmula que a viabilizasse o fim da moratória. E Bracher começou dizendo "exatamente", mas o cortou, corrigindo: "Não. Isto aí é o conjunto das negociações, exatamente". Depois, falando sobre os temas em discussão, resumiu: "Os principais (temas) são como tornar mais expeditas as próprias negociações. Co-